

| 54 | TIJOLO POR TIJOLO: CARACTERIZAÇÃO DAS CONDIÇÕES
DE INFRAESTRUTURA DO ENTORNO DOMICILIAR DOS
MUNICÍPIOS DA RM DE CAMPINAS E SUAS POSSÍVEIS
CORRELAÇÕES COM A MIGRAÇÃO INTRAMETROPOLITANA

Tiago Augusto da Cunha

Resumo

O presente estudo toma como lastro a construção e utilização de indicadores sintéticos, para fins comparativos e analíticos, entre as municipalidades integrantes da Região Metropolitana de Campinas (RMC) que versam sobre diferentes dimensões da infraestrutura do entorno dos seus domicílios urbanos. Diversos estudos sobre a questão migratória, especialmente a intrametropolitana, apontam para, essencialmente, dois grandes condicionantes do ato de migrar, são eles: a) o mercado de trabalho e b) o mercado de terras e habitacional. É sobre este segundo motivo que o presente estudo debruçar-se-á com maior atenção. Um dos primeiros pressupostos é que melhorias ou sua antítese, estagnação e/ou piora, tanto no acesso a terra/habitação, bem como na qualidade intrínseca (proximidade em relação a equipamentos públicos relevantes, abastecimento de água, coleta de lixo e esgoto, energia elétrica, etc.) destes elementos, podem estar correlacionadas com o direcionamento de fluxos populacionais de determinadas localidades para também determinados municípios e não outros. Por certo, as oportunidades de serviços e infraestrutura se enquadram na equação mais geral de incentivos e constrangimentos que “direcionam”, mesmo que indiretamente, os fluxos populacionais, haja vista que eles repercutem sobre o preço da terra e da moradia. Dessa forma, interessa observar quais são as possíveis frentes de expansão urbana da Região Metropolitana de Campinas e a composição de seus fluxos populacionais. Para tanto, foram utilizados os dados dos Censos Demográficos de 1991 e 2000, bem como do projeto temático “Vulnerabilidade das Metrôpoles Paulistas”.

Palavras-chave: infraestrutura; domiciliar; migração; intrametropoliana; Campinas.

Introdução

Muito tem se discutido sobre os reais motivos da migração intrametropolitana. A literatura sobre o assunto é vasta (Cunha; 1994, Rigotti, Rodrigues; 1994, Jakob; 2003) e mais ou menos consensual ao apontar dois principais: a) o mercado de trabalho através de suas oportunidades de emprego e b) o mercado fundiário habitacional e suas oportunidades de aquisição de terras e moradias. O escopo do presente estudo dar-se-á sobre este último.

Todavia, o arcabouço teórico utilizado, a fim de retratar e discutir os processos e motivos que estão por trás da migração intrametropolitana diferem imensamente entre si.

Para além da constatação de regiões cada vez mais interligadas/conectadas por meio de um sistema viário cada vez mais eficiente ou a implantação de tal ou qual equipamento (parque industrial, por exemplo) em determinada localidade, ou ainda, a construção de condomínios de alto padrão de um lado e vilas populares, ocupações e assentamentos irregulares de outro; parte-se aqui de uma “embocadura”/perspectiva um pouco distinta, a histórico-estrutural como apontada por Gottdiener (1997), onde o poder público é um agente central e catalisador das dinâmicas inerentes ao urbano, fosse através de uma política de forte atuação (planos diretores e ordenadores do solo urbano, por exemplo) ou pelo seu oposto, ou seja, pela omissão pura e simples. Nesse sentido, os motivos não residem necessariamente nos elementos (descritos acima - não queremos invalidar, contudo, sua relevância), mas sim nos processos que de certo modo os viabilizaram.

A mão pesada dos governos, atrelada a interesses que escapam de sua esfera de atuação imediata (privados ou não, vide os casos de construção de unidades prisionais em diversas cidades do Estado de São Paulo), repercutem, mesmo que indiretamente, no preço de dois elementos: a) inicialmente, da terra e b) por conseguinte, da moradia. Talvez dois dos principais motivos ou “o” principal motivo (já que são indissociáveis) da migração, principalmente tendo em vista recortes territoriais mais circunscritos e cuja malha viária é mais intensamente conectada, fato que viabilizaria a moradia em uma determinada localidade e o trabalho em outra, como é o caso das regiões metropolitanas.

As condições de acesso a infraestrutura (água, esgoto, energia, etc.) e disponibilidade de serviços (coleta de lixo, por exemplo) influenciam e são influenciadas, a sua maneira, por estes valores, condicionando por meio deles quem vai para aonde. Nada melhor, portanto, do que sintetizar estas distintas dimensões do entorno urbano e seus possíveis significados para a migração intrametropolitana do que por meio da construção de um índice sintético com o intuito de apreendê-los.

Além destas primeiras ideias e pressupostos explicitados nesta pequena introdução, se faz necessário contextualizar a situação do mercado formal e informal de terras na RMC (item 1), bem como discorrer sobre aspectos mais gerais dos seus domicílios, já definindo para tanto alguns recortes metodológicos (item 2, do presente artigo).

É no item 3 que o índice, no caso, o intitulado Índice de Infraestrutura do Entorno Domiciliar (**i IED**), será construído, visando captar diferenças estruturais do mercado fundiário/de terras e habitacional/de moradias entre os municípios da RMC,

fato que pode dar os primeiros indícios dos motivos macro estruturais que estariam de fato fomentando os fluxos migratórios, principalmente os intrametropolitanos.

Já no item 4, esta possível correlação entre disponibilidade e acesso a infraestrutura e serviços e fluxos migratórios é minimamente abordada.

Por fim, o presente estudo é ainda composto por uma pequena conclusão que ao menos se esforça por alinhar as “pistas” dadas nas seções precedentes.

Mercado “Formal” versus Informal de Habitação

Uma primeira tentativa de caracterização da condição habitacional da Região Metropolitana de Campinas passa pela problemática, no caso, chave, entre mercado formal e informal de habitação/moradia. Trata-se de um primeiro esforço em discorrer sobre o assunto ainda a partir de uma visão geral do processo de mercantilização do solo urbano, especificamente o metropolitano, visto que talvez seja ele aquele que mais corriqueiramente “vivencia” este constante assédio.

Tal distinção é deveras relevante, uma vez que o direito legal de posse do terreno e/ou do domicílio abre inúmeras oportunidades (ou restrições) aos seus proprietários – poderíamos pensar em algumas delas: oportunidade de financiamentos diversos e crediários, acesso a infraestrutura básica (abastecimento de água e coleta de esgoto e resíduos sólidos, essencialmente), etc..

Cabe ressaltar que, ao menos nesta seção, os dados utilizados se reportam a pesquisa realizada em 2007 pelo projeto temático “Vulnerabilidade das Metrôpoles Paulistas” tomada a cabo pelo Núcleo de Estudos de População (NEPO) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Particularmente foram aqui utilizados os dados do Módulo 1 do questionário de pesquisa, intitulado “Características do Domicílio, do Entorno e Percepção Ambiental”.

A **Tabela 1** tenta captar a situação de regularização em que se encontram os loteamentos (a - regularizado, b - não regularizado e c - em processo de regularização) tendo em vista o todo, ou seja, a RMC.

Tabela 1 – Situação de Regularização do Bairro/Loteamento – População Urbana, Região Metropolitana de Campinas, 2007

Qual a situação de regularização do bairro/loteamento onde mora?			
Condição	N*	Exp.*	%
Não sabe	107	28126	1.8
Regularizado	3482	1375115	87.9

Não regularizado	402	59138	3.8
Em processo de regularização	413	89310	5.7
Não respondeu	35	12781	0.8
Total	4.439	1.564.471	100.0
Missing	1.463	570.055	24.8

Fonte: Pesquisa Domiciliar do Projeto Vulnerabilidade (FAPESP/CNPq). NEPO/UNICAMP, 2007.

(*) Valores Não Expandidos.

(*) Valores Expandidos.

De modo geral, a grande maioria dos loteamentos da região são devidamente regularizados (aproximadamente 88%). No entanto, não é pouco expressivo o peso na composição geral dos loteamentos irregulares ou em vias de serem regularizados (processo este por vezes muito demorado), uma vez que os mesmos correspondem a aproximadamente 10% do mercado fundiário metropolitano, cifra esta notável. Quando nos atemos aos valores absolutos, temos a real dimensão da questão [e do passivo gerado ao longo das últimas décadas]. Dessa forma, aproximadamente 150.000 indivíduos (148.228, para ser mais preciso) residem em algum loteamento sob a pecha da “irregularidade”.

Todavia, mesmo os dados dando conta de delinear um panorama geral da situação fundiária da região, muito provavelmente há diferenças internas significativas entre seus municípios integrantes, visto que suas realidades, inclusive habitacionais, em muito diferem entre si. Ou seja, mesmo compondo um uno administrativo, suas características econômicas, sociais, históricas, etc.. são deveras distintas (**TABELA 2**).

Tabela 2 – Situação de Regularização do Bairro/Loteamento segundo Municípios – População Urbana, Região Metropolitana de Campinas, 2007

Municípios	Qual a situação de regularização do bairro/loteamento onde mora?					Total
	Não sabe	Regularizado	Não regularizado	Em processo de regularização	Não respondeu	
Americana	1.6%	98.4%	.0%	.0%	.0%	100.0%
Artur Nogueira	.0%	86.1%	.0%	13.9%	.0%	100.0%
Campinas	2.5%	81.3%	5.8%	9.0%	1.3%	100.0%
Cosmópolis	.0%	100.0%	.0%	.0%	.0%	100.0%
Hortolândia	.2%	76.2%	13.8%	7.1%	2.7%	100.0%
Indaiatuba	.0%	100.0%	.0%	.0%	.0%	100.0%

Itatiba	5.2%	94.8%	.0%	.0%	.0%	100.0%	
Monte Mor	14.3%	85.7%	.0%	.0%	.0%	100.0%	
Nova Odessa	.0%	100.0%	.0%	.0%	.0%	100.0%	
Paulínia	.0%	100.0%	.0%	.0%	.0%	100.0%	
Pedreira	.0%	93.1%	.0%	6.9%	.0%	100.0%	
Santa Bárbara d'Oeste	1.0%	83.3%	2.6%	13.1%	.0%	100.0%	
Sumaré	.9%	96.3%	.6%	1.8%	.5%	100.0%	
Valinhos	.0%	100.0%	.0%	.0%	.0%	100.0%	
	Exp.	28127	1375115	59137	89311	12782	1564472
Total	N.	107	3482	402	413	35	4439
	%	1.8%	87.9%	3.8%	5.7%	.8%	100.0%

Fonte: Pesquisa Domiciliar do Projeto Vulnerabilidade (FAPESP/CNPq). NEPO/UNICAMP, 2007.

(*) Valores Não Expandidos.

Como bem se pode notar os municípios de Santo Antonio de Posse e Vinhedo não foram aqui representados tendo em vista o caráter amostral da pesquisa. Ou seja, tendo em vista critérios amostrais nenhum indivíduo destas localidades foram captados/entrevistados segundo esta questão.

A partir dos dados, faz-se interessante notar a situação de ao menos dois municípios; quais sejam: a) Campinas e b) Hortolândia, haja vista que ambos são aqueles que apresentaram as menores porcentagens de loteamentos regularizados da RMC. Ambos apresentam características e vivenciam processos imensamente diferentes, ao mesmo tempo em que estão articulados entre si através de relações (inclusive populacionais - fluxos migratórios e pendulares “casa-trabalho”, “trabalho-casa”) que lhes são muito próprias.

De um lado, Campinas, sede da região, vista pelo entorno (e além dos seus arrabaldes/periferias) como “A terra de oportunidades”, já que é detentora de um vasto parque industrial, bem como de um forte setor de comércio e serviços. De outro, Hortolândia; município que foi alvo/destino de intensos e inúmeros fluxos migratórios, mas principalmente por aqueles oriundos de sua irmã maior, Campinas.

Os dados dão indícios, ajudando a corroborar visões mais do que discutidas e acordadas, sobre processos espúrios de segregação e formação de periferias metropolitanas e assentamentos irregulares (Bonduki; Rolnik; 1982, Maricato; 2000).

Há, primeiramente, nesse caso um processo de concentração de loteamentos irregulares em Campinas [sede] fazendo frente a um mercado fundiário extremamente especulativo, ou seja, a ocupação torna-se uma possível solução de inserção

principalmente em localidades próximas ao trabalho. É dizer, a ocupação como um instrumento de enfrentamento.

Mas há também um outro lado, onde a ingerência do poder público com: uma fiscalização deficitária, planos e processos de planejamentos omissos (e pouco participativos - permitindo a existência de grandes áreas/terrenos inutilizados entre malhas urbanas consolidadas), ou ainda, funcionando como instrumento catalisador de uma lógica de particulares (loteamentos clandestinos), etc.. é conivente, ou pior, permite abertamente a construção bairros da incerteza como são parte dos loteamentos irregulares. Parece que é este o caso de grandes setores de Hortolândia.

Mas há também um outro possível vetor a ser considerado, o vetor norte, composto pelo município de Artur Nogueira, cuja proporção de loteamentos regularizados ultrapassa por pouco os 86%. Há que se ter cuidado ao afirmar que este é um outro eixo de redistribuição populacional nos mesmos moldes do Vetor 1 de Caiado e Pires (2006), afinal são necessários outros dados a fim de se verificar se de fato esta é uma verdade, contudo os dados sugerem que a cordilheira da pobreza pode estar se prolongando em direção ao Norte.

Parece, portanto, que a caracterização do solo urbano em regular e irregular já sugere indícios da forma como estas áreas estão sendo apropriadas e por quem estão sendo apropriadas, conformando antigos vetores de expansão, mas mais interessante, criando novos. Contudo, só um elemento foi aqui levado em consideração: a regularidade do acesso a terra. Será que a incorporação de um outro elemento - a própria habitação - pode corroborar estes primeiros indícios?

Acerca dos Domicílios da RMC

Os dados aqui utilizados são provenientes dos Censos Demográficos de 1991 e 2000, uma vez que eles podem descrever, de forma mais factual, haja vista que todos os domicílios foram em tese entrevistados, um panorama das condições domiciliares da RMC. Todavia, vale ressaltar que tais fontes trabalham essencialmente com a unidade e conceito de domicílio e não necessariamente com a informação sobre a situação fundiária do loteamento em si como a pesquisa "Vulnerabilidade das Metrôpoles Paulistas". Dessa forma, algumas aproximações e pressupostos são aqui tomados.

Para efeito da construção dos indicadores domiciliares os domicílios improvisados e coletivos foram excluídos do cômputo, uma vez que somados ambos representam pouco mais de 2% do total de unidades domiciliares da RMC em 1991. O

enfoque, nesse sentido, se dará essencialmente sobre os domicílios particulares permanentes, posto que além de serem imensamente mais representativos em termos numéricos o são também frente as condições [ambientais e domiciliares] que aqui estamos tentando minimamente apreender. Em suma, ao descrevermos os domicílios particulares permanentes estamos apreendendo a quase totalidade da realidade da região. Ademais, mesmo sendo pouco representativos, caso os domicílios coletivos e improvisados não fossem excluídos da seleção aqui proposta haveria um número significativo de “missing” em outros quesitos que retratam a realidade do entorno imediato dos domicílios, visto que tais questões não se aplicam a eles; tal fato poderia gerar distorções/vieses nos indicadores a serem, mais à frente, construídos. A partir deste critério foram selecionados, para o Censo 1991, 472.701¹ particulares permanentes.

As definições acerca do domicílio em 2000 pouco se alteram em relação ao Censo de 1991. Assim, da mesma forma como ocorrido em 1991, as categorias improvisado e coletivo são pouco expressivas em 2000, neste caso, sequer correspondendo a 2% do total de domicílios. Assim, para este Censo, o montante de domicílios a ser aqui estudado é de 659.009 unidades². Trata-se de um valor considerável, haja vista que, em aproximadamente 10 anos, 186.308 novas unidades foram criadas, ou seja, um incremento de 39,4%.

Mais uma seleção será aqui proposta, unicamente os domicílios urbanos, para ambos os períodos, serão aqui levados em consideração. Isto se deve, inicialmente, ao fato de ser neste ambiente [urbano] que grande parte dos processos (e mecanismos que os fomentam) que almejamos minimamente nos debruçar de fato ocorrem com mais força, se assim podemos dizer.

Dessa forma, para o Censo 1991, 451.919 é o total de domicílios a serem analisados. Já em 2000, este valor é de 641.510 domicílios (incremento de aproximadamente 42%).

Mas onde se deram os principais “saltos” de oportunidade de moradia dentro da RMC? Mapear tais “hotspots” pode indicar para possíveis áreas de expansão do mercado fundiário/habitacional (TABELA 4).

¹ 47.745 domicílios particulares permanentes em valores não expandidos.

² 66.137 domicílios particulares permanentes em valores não expandidos. Já excluídos deste conjunto os domicílios improvisados e coletivos.

Tabela 3 – Variação do Total de Domicílios Urbanos Permanentes segundo Municípios – Valores Absolutos e Relativos – Domicílios Urbanos Permanentes, Região Metropolitana de Campinas, 1991-2000

Total de Domicílios Urbanos Permanentes por Município				
Municípios	Ano		Variação de Novos Domicílios Construídos 1991-2000 (Valores Relativos - %)	
	1991 (Valores Absolutos)	2000 (Valores Absolutos)		
Americana	39896	52364	31.3%	
Artur Nogueira	3405	8272	142.9%	
Campinas	218028	279076	28.0%	
Cosmópolis	8246	11886	44.1%	
Engenheiro Coelho	♦	1828	-	
Holambra	♦	1082	-	
Hortolândia	♦	40370	-	
Indaiatuba	22884	39792	73.9%	
Itatiba	13350	18182	36.2%	
Jaguariúna	4634	6994	50.9%	
Monte Mor	5439	9043	66.3%	
Nova Odessa	7892	11520	46.0%	
Paulínia	7981	13628	70.8%	
Pedreira	6773	9381	38.5%	
Santa Bárbara D'Oeste	34238	46318	35.3%	
Santo Antonio de Posse	2857	4057	42.0%	
Sumaré	52883	52961	0.1%	
Valinhos	15307	22237	45.3%	
Vinhedo	8106	12519	54.4%	
Total	Exp.	451919	641510	42.0%
	N.*	45533	64213	
	%	100	100	

Fonte: Censo Demográfico 1991 e 2000. Elaboração própria.

♦ Municípios inexistentes em 1991. Na verdade, todos foram criados em 1993.

(*) Não há “missings”.

Os dados são impressionantes. Praticamente todos os municípios apresentam valores de incremento do número de domicílios urbanos permanentes muito acima do que aquele da região (42%). Exceção feita justamente a tríade dos municípios mais expressivos (em termos econômicos e populacionais) da região: Campinas, Sumaré e Americana. Cabe ponderar, todavia, que são eles os municípios com os mais expressivos

valores absolutos; diferentemente do que ocorre com os municípios cujo incremento foi de fato notável.

Situação diametralmente oposta é aquela apresentada por Sumaré, bem como por sua “filha mais nova”, Hortolândia. Partindo de uma análise superficial e até certo ponto descontextualizada, os dados sugerem que a criação de novos domicílios urbanos em Sumaré praticamente estagnou. Não é esta, porém, necessariamente a verdade. Em 1991, a região que viria a se tornar o município de Hortolândia ainda pertencia a Sumaré, já em 2000, os municípios já se encontravam separados. Nesse sentido, Sumaré perdeu grande parte de seus domicílios urbanos permanentes no momento em que Hortolândia foi emancipada.

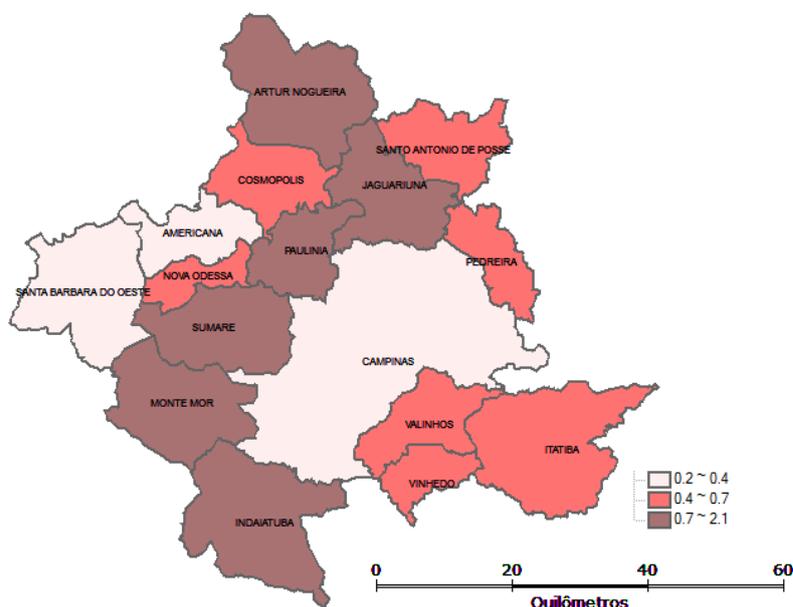
Dessa forma, para uma análise mais precisa e processual da situação domiciliar de ambos os municípios, eles merecem ser reagrupados. Nesse sentido, não nos reportaremos aqui tão somente ao município de Sumaré ou isoladamente ao de Hortolândia, mas sim a região/área Sumaré-Hortolândia.

A partir deste artifício a região Sumaré-Hortolândia é a única dentre os municípios aqui ditos mais expressivos (que ainda incluem Campinas e Americana), ao menos em termos populacionais e econômicos, que possui um notável incremento (variação de 76,49%) dos domicílios urbanos permanentes. Um inequívoco vetor de expansão urbana e redistribuição populacional, na verdade, o mais importante vetor se considerarmos seus valores absolutos.

A região composta por Artur Nogueira e Engenheiro Coelho não fica atrás. Se os domicílios urbanos permanentes de ambos os municípios em 2000 forem computados como um único valor, sua variação no decênio foi de espantosos 196,62%.

A **Figura 2** ilustra a mesma variação de domicílios urbanos permanentes segundo municípios integrantes da RMC ao longo da década em questão. É possível depreender que são na atualidade os municípios limítrofes a sede os que mais incrementaram seu estoque habitacional. Deduz-se daí que são eles, no presente, os que mais intensamente estão crescendo em termos populacionais, logo, os que mais estão sofrendo assédios especulativos. É provável, portanto, que esteja em curso um processo de redistribuição populacional pautado por movimentos migratórios mais localizados, tais como o intrametropolitana, e condicionados por processos de valorização do solo urbano.

Figura 1 – Variação do Estoque de Domicílios Urbanos Permanentes segundo Municípios – Total de Domicílios Urbanos Permanentes, Região Metropolitana de Campinas, 1991-2000



Fonte: Censo Demográfico 1991 e 2000. Elaboração própria.

Por fim, a partir das variações relativas e absolutas dos domicílios urbanos permanentes, é interessante notar que elas foram mais intensas justamente naqueles municípios ou vetores cujas proporções de loteamentos irregulares ou em vias de regularização são mais expressivas, ou seja, Sumaré-Hortolândia-Monte Mor e vetor Norte, culminando em Artur Nogueira-Engenheiro Coelho.

Contudo, até mesmo como gancho para o que mais à frente será melhor abordado, tão importante quanto elucidar os aspectos quantitativos ilustrados por meio do volume de moradias criadas nos municípios da RMC (e seus demais atributos – situação, localização, etc..) ao longo do período em questão, se faz também necessário discorrer sobre a qualidade dos domicílios. Ou seja, não basta que a atenção se volte unicamente para o montante de moradias criadas, mas é essencial que elas sejam dignas para aqueles que as virão a ocupar.

Construção de um Indicador do Entorno Domiciliar

O índice aqui proposto e utilizado é de fato simples ao tentar captar diferentes dimensões do entorno dos domicílios urbanos permanentes, tais como: rede de

abastecimento de água e energia elétrica e rede de coleta de esgoto e lixo, essencialmente.

Dessa forma:

$$i IED = \frac{1}{4[RGA(\%) + RE(\%) + CL + REI(\%)]}$$

A Tabela 5, abaixo, ilustra os níveis de abastecimento e coleta destas distintas esferas para todos os municípios integrantes da RMC para os anos de 1991 e 2000.

Tabela 4 - Índice de Infraestrutura do Entorno Domiciliar segundo Municípios - Domicílios Urbanos Permanentes, Região Metropolitana de Campinas, 1991-2000

Índice de Infraestrutura do Entorno Domiciliar										
Municípios	1991					2000				
	RGA (%)	RE (%)	DE (%)	REI (%)	<i>i IED</i>	RGA (%)	RE (%)	DE (%)	REI (%)	<i>i IED</i>
Americana	0.9660	0.9324	0.9707	0.9912	0.9651	0.9789	0.9403	0.9963	0.9996	0.9788
Artur Nogueira	0.9953	0.9645	0.9959	1.0000	0.9889	0.9790	0.9780	0.9924	0.9975	0.9867
Campinas	0.9513	0.8533	0.9699	0.9949	0.9423	0.9733	0.8680	0.9890	0.9991	0.9573
Cosmópolis	0.9388	0.7122	0.9580	0.9945	0.9009	0.9870	0.9207	0.9950	0.9976	0.9751
Engenheiro Coelho♦	-	-	-	-	-	0.9639	0.9687	0.9869	0.9962	0.9789
Holambra♦	-	-	-	-	-	0.8780	0.8318	0.9806	1.0000	0.9226
Hortolândia♦	-	-	-	-	-	0.9727	0.0436	0.9948	0.9998	0.7527
Indaiatuba	0.9851	0.8957	0.9865	0.9993	0.9667	0.9419	0.9194	0.9876	1.0000	0.9622
Itatiba	0.9320	0.8942	0.9545	0.9984	0.9448	0.9911	0.9640	0.9976	1.0000	0.9882
Jaguariúna	0.9851	0.9198	0.9726	1.0000	0.9694	0.9794	0.9578	0.9939	1.0000	0.9828
Monte Mor	0.8768	0.4258	0.8651	0.9770	0.7862	0.9679	0.4512	0.9863	0.9978	0.8508
Nova Odessa	0.9743	0.9624	0.9811	1.0000	0.9794	0.9817	0.9786	0.9990	1.0000	0.9898
Paulínia	0.9414	0.8351	0.9545	0.9956	0.9316	0.9660	0.8571	0.9836	1.0000	0.9517
Pedreira	0.9579	0.9188	0.9489	1.0000	0.9564	0.9849	0.9635	0.9945	1.0000	0.9857
Santa Bárbara d'Oeste	0.9803	0.9742	0.9776	0.9964	0.9821	0.9936	0.9779	0.9925	0.9983	0.9906
Santo Antônio de Posse	0.9328	0.0290	0.9279	0.9993	0.7223	0.9778	0.1903	0.9808	0.9936	0.7856
Sumaré	0.9043	0.3137	0.9519	0.9932	0.7908	0.9759	0.7871	0.9867	0.9975	0.9368
Valinhos	0.8769	0.8422	0.9119	0.9976	0.9072	0.8963	0.8627	0.9833	1.0000	0.9356
Vinhedo	0.9076	0.7898	0.9204	0.9968	0.9036	0.9493	0.7676	0.9837	1.0000	0.9251
Total*	0.9469	0.7993	0.9641	0.9950	0.9263	0.9711	0.8238	0.9901	0.9991	0.9460

Fonte: Censo Demográfico 1991 e 2000. Elaboração própria.

♦ Municípios inexistentes em 1991. Na verdade, todos foram criados em 1993.

(*) Não há "missings".

De modo geral, é sensível o incremento nas condições de moradia e principalmente acesso a serviços e infraestrutura básicos na região como um todo. Em

todas as dimensões, há um progressivo aumento da proporção de domicílios irrigados pelos seus sistemas de abastecimento/coleta (fossem eles públicos ou privados).

Se, de acordo com um contexto mais geral, há melhora nas condições de infraestrutura domiciliar na RMC ao longo do período (de aproximadamente 2%), quais são os municípios que despontam neste cenário? Seriam eles os mesmos cujas unidades domiciliares mais se incrementaram em termos absolutos no período (TABELA 6)?

Tabela 5 - Variação Percentual do Índice de Infraestrutura do Entorno Domiciliar - Domicílios Urbanos Permanentes, Região Metropolitana de Campinas, 1991-2000

Variação do Índice de Infraestrutura do Entorno Domiciliar		
Municípios	Variação do IED (% 1991-2000)	Variação de Novos Domicílios Construídos (% 1991-2000)
Americana	1.417%	31.3%
Artur Nogueira	-0.369%	142.9%
Campinas	1.595%	28.0%
Cosmópolis	8.239%	44.1%
Engenheiro Coelho ♦	-	-
Holambra ♦	-	-
Hortolândia ♦	-	-
Indaiatuba	-0.458%	73.9%
Itatiba	4.594%	36.2%
Jaguariúna	0.545%	50.9%
Monte Mor	8.218%	66.3%
Nova Odessa	1.061%	46.0%
Paulínia	2.148%	70.8%
Pedreira	3.065%	38.5%
Santa Bárbara d'Oeste	0.859%	35.3%
Santo Antônio de Posse	8.773%	42.0%
Sumaré	8.400%	0.1%
Valinhos	3.134%	45.3%
Vinhedo	2.378%	54.4%
Total	2.129%	42.0%

Fonte: Censo Demográfico 1991 e 2000. Elaboração própria.

♦ Municípios inexistentes em 1991, na verdade todos foram criados em 1993, cujos valores foram reagrupados as suas ex-sedes municipais.

(*) Não há "missings".

Como constatado na **Tabela 6** (logo acima), há significativas melhoras nas condições de infraestrutura e acesso a serviços em municípios como: Santo Antonio de Posse, Cosmópolis, Monte Mor, Sumaré (todos na casa dos 8%) e Itatiba (com aproximadamente 4,6%). Na contramão deste processo de qualificação das infraestruturas urbanas estão os municípios de: Artur Nogueira e Indaiatuba (com variação do **i IED** negativa), e outros tantos cuja variação foi praticamente estável.

É preciso, no entanto, ponderar o resultado de Sumaré. Seu **i IED** expressivamente positivo só foi alcançado a partir da emancipação de Hortolândia, ou seja, do desmembramento de seu grande bolsão de pobreza e passivo fundiário/habitacional. Tanto assim o é que Hortolândia apresenta o pior **i IED** de toda a RMC, 75,27% para ser mais preciso. Por sua vez, Sumaré apresenta uma melhora nas condições domiciliares de aproximadamente 18,5%. Parece, portanto, que a concentração de investimentos em infraestrutura sempre se deu prioritariamente em Sumaré, haja vista que a emancipação de Hortolândia “expurgou” parte de seus problemas desta municipalidade. Na verdade, foi este um dos grandes motivos da melhora do seu **i IED**. Ou seja, seria imaturo pensar que este incremento vivenciado nas condições de moradia de Sumaré se deveu unicamente aos esforços do seu poder público municipal em disseminar estas oportunidades e serviços a um grande conjunto de domicílios sumareenses.

Mesmo os resultados de Monte Mor precisam ser relativizados. Isto, pois mesmo a variação de seu **i IED** tendo sido positiva e expressiva, ela ainda beira os 85% em 2000, ou seja, muito aquém do restante da região (só superior ao **i IED** de Hortolândia e Santo Antonio de Posse para o mesmo período).

Situação distinta parece ser a de Indaiatuba. Pelo menos em teoria, todos os seus loteamentos são regularizados ao passo que é um dos municípios que mais incrementaram seu estoque habitacional (aproximadamente 74%). O que poderia explicar a queda do seu **i IED**?

No caso de Indaiatuba a queda sentida no seu índice se deveu a também queda na rede de abastecimento de água. Tal fato não quer necessariamente dizer que a queda no percentual de domicílios atendidos por rede de geral de abastecimento se deva a piores condições, mas talvez a um número crescente de outras formas de se alcançar este serviço, por exemplo, por meio da perfuração de poços artesianos. Estes, por sua vez, são muito mais representativos de um determinado padrão de ocupação, leia-se condomínios

(inclusive, os de chácaras de recreio), do que de assentamentos precários devido ao seu alto custo de implementação.

Nesse sentido, Hortolândia continua sendo o destino de grande parte daqueles que não conseguem arcar com os custos de vida e de moradia na sede ou em outros municípios cujo solo e a moradia são mais valorizados. Há uma certa novidade no fato de Artur Nogueira compor o outro destino preferencialmente visado por este grupo populacional.

Desse modo, alguns municípios que muito expandiram seu montante de novas unidades domiciliares não o fizeram com qualidade.

O que é mais ou menos plausível auferir é que a discrepância ou descompasso entre o índice do entorno domiciliar e a variação de novos domicílios urbanos entre municípios possivelmente aponta para fenômenos e processos tipicamente urbanos, como por exemplo, processos de segregação residencial (para não dizer socioespacial) entre localidades.

Possíveis correlações entre migração intrametropolitana e o Índice de Infraestrutura do Entorno Domiciliar

Cunha et alii. (2006) apontam e demonstram a intensificação dos movimentos intrametropolitanos em detrimento da relevância dos movimentos de longa distância de décadas anteriores. Ou seja, mais do que concentração populacional na tríade Campinas, Sumaré e Americana, o que vemos no momento é um processo de redistribuição da população no interior do território metropolitano a partir desta mesma, onde a presença ou ausência de infraestruturas básicas, moradias a preços acessíveis, bem como o processo de valorização e especulação fundiária exercem importante papel, sendo os movimentos migratórios intrametropolitanos uma das suas externalidades mais apreensíveis.

Tanto assim o é que de um total de 51.957 migrantes intrametropolitanos de acordo com o Censo Demográfico de 1991, passa-se para um total de 64.543 em 2000. É bem verdade, que o aumento deste volume se deve a criação de três novos municípios dentro da década em questão (Engenheiro Coelho, Holambra e Hortolândia, como comentado anteriormente), ou seja, a fluxos antes não apreendidos entre, por exemplo, Sumaré e Hortolândia, Holambra e Jaguariúna, ou ainda, Engenheiro Coelho e Artur Nogueira.

Tabela 6 – Saldo Migratório segundo Modalidades Migratórias – Região Metropolitana de Campinas, 1991-2000

Saldo Migratório segundo Modalidades Migratórias												
Municípios	1991						2000					
	Conjunto dos Migrantes			Intrametropolitanos			Conjunto dos Migrantes			Intrametropolitanos		
	I♣	E♠	SM♥	I	E	SM	I	E	SM	I	E	SM
Americana	18957	17932	1025	2002	11364	-9362	19079	17277	1802	5588	7204	-1616
Artur Nogueira	6123	903	5220	1213	356	857	7131	1896	5235	2264	423	1841
Campinas	92127	69129	22998	5046	25032	-19986	90539	89413	1126	9226	27712	-18486
Cosmópolis	6588	1515	5073	1324	717	607	5710	2805	2905	740	1171	-431
Eng.Coelho ♦	-	-	-	-	-	-	2494	785	1709	303	330	-27
Holambra ♦	-	-	-	-	-	-	1150	1114	36	463	731	-268
Hortolândia ♦	-	-	-	-	-	-	30585	5908	24677	13416	3276	10140
Indaiatuba	20478	4014	16464	1141	746	395	24245	7045	17200	2345	1260	1085
Itatiba	7696	3036	4660	277	645	-368	9989	4490	5499	640	584	56
Jaguariúna	4354	1912	2442	1433	1207	226	4922	1831	3091	1060	850	210
Monte Mor	7815	1923	5892	2161	994	1167	5784	2346	3438	1782	1149	633
Nova Odessa	7746	2796	4950	2692	1824	868	6465	2732	3733	2727	1609	1118
Paulínia	6584	1909	4675	2086	1209	877	8276	3032	5244	2307	1413	894
Pedreira	2218	1215	1003	283	373	-90	3473	1553	1920	542	263	279
Sta Bárb.dOeste	30624	3805	26819	8641	1068	7573	18044	10300	7744	4779	4718	61
Sto Ant.Posse	1954	1053	901	455	492	-37	1827	1040	787	421	474	-53
Sumaré	61266	6097	55169	20063	3031	17032	32124	13593	18531	10296	7165	3131
Valinhos	8819	3883	4936	2061	2094	-33	11671	4704	6967	4344	2354	1990
Vinhedo	5296	1842	3454	1079	805	274	7872	3539	4333	1300	1857	-557

Fonte: Censo Demográfico 1991 e 2000. Elaboração própria.

- ♦ Municípios inexistentes em 1991, na verdade todos foram criados em 1993.
- ♣ Valores absolutos de imigrantes.
- ♠ Valores absolutos de emigrantes.
- ♥ Saldo migratório (SM=I-E).

Não por acaso, os municípios com substantivos saldos migratórios intrametropolitanos também são aqueles cujos estoques de unidades domiciliares se incrementaram consideravelmente. Na verdade, nada mais óbvio, haja vista que a construção de novas unidades visa dar guarida e este novo e expressivo contingente populacional. No entanto, há sempre um descompasso entre produção de moradias e crescimento populacional (vegetativo + migração), acarretando na imensa maioria das vezes em déficit habitacional e, logo, em processos de especulação.

Não é casual, portanto, que em um país tão desigual e em um recorte territorial que concentra boa parte da pobreza urbana, que o município que possui o mais notável saldo migratório positivo e intrametropolitano (10.140) em 2000 seja aquele que

apresenta também as piores condições de acesso a infraestruturas urbanas básicas (0,7527): Hortolândia.

O exemplo da própria Campinas é emblemático neste sentido. Mesmo seu índice de infraestrutura domiciliar tendo variado positivamente ao longo do período (+1,595%), ela é um dos municípios cujo este mesmo índice é um dos que mais podem ainda avançar (95,73%). Ou seja, mesmo sendo um município extremamente rico, Campinas ainda possui os seus grotões de pobreza, com os quais ainda não consegue lidar muito bem.

Se o índice pode vir a ser uma boa medida, ou no mínimo indício, de diferenças estruturais relativas a questão do entorno domiciliar e, quiçá, de processos como o de especulação fundiária, cabe discorrer minimamente sobre a composição do fluxo migratório, a fim de validar esta primeira pressuposição. Afinal, se os diferenciais entre municipalidades de fato existem, possivelmente seus mercados fundiários se voltam para específicos estratos ou grupos populacionais, donde a renda será determinante (TABELA 8).

Tabela 7 – Renda Domiciliar per Capita em Salários Mínimos segundo Específicas Municipalidades – Valinhos, Hortolândia, 2007

Valinhos				
Renda Domiciliar per Capita em Salários Mínimos				
Condição Migratória	até 1 SM	mais de 1 até 5 SM	mais de 5 SM	Total
Intrametropolitanos	0,00%	100,00%	0,00%	100,00%
Exp.	15894	44164	3312	63370
Valores♥	N.	29	72	107
Hortolândia				
Condição Migratória	até 1 SM	mais de 1 até 5 SM	mais de 5 SM	Total
Intrametropolitanos	71,28%	27,30%	1,42%	100,00%
Exp.	68478	25359	621	94458
Valores♠	N.	206	76	283

Fonte: Projeto Vulnerabilidade, 2007. Elaboração própria.

♥Missing: 30 (em valores expandidos: 16055.76)

♠Missing: 195 (em valores expandidos: 62452.47)

Tomamos como exemplo dois municípios cujos saldos migratórios intrametropolitanos foram notadamente positivos: Valinhos e Hortolândia. Enquanto,

Hortolândia apresenta um **i IED** de aproximadamente 75%, Valinhos, também em 2000, apresenta um índice de aproximadamente 94% e cuja variação entre 1991 e 2000 foi de 3,13%. Quase uma década depois (em 2007) aproximadamente 71% dos migrantes intrametropolitanos de Hortolândia tinham renda domiciliar per capita média de até um salário mínimo, enquanto que a totalidade dos migrantes intrametropolitanos de Valinhos enquadravam-se dentro na faixa entre 1 e 5 salários mínimos [de renda domiciliar per capita].

À guisa das conclusões

O presente estudo sempre esteve preocupado em se questionar sobre possíveis correlações entre o mercado de terras/fundiário - moradias/habitacional com a redistribuição espacial da população da metrópole por meio de seus fluxos populacionais intrametropolitanos. Nesse sentido, a construção do Índice de Infraestrutura do Entorno Domiciliar parece ter sido uma ferramenta essencial na compreensão destes possíveis nexos.

Os dados reiteram achados de outros estudos, como por exemplo, a definição de “cordilheira da pobreza” e “da riqueza” (Cunha et alii. 2006). No entanto, os dados aqui apresentados parecem demonstrar, ou no mínimo dão indícios, que a “cordilheira da pobreza” é um pouco mais alongada do que se pressupunha, abarcando parte da região Norte da RMC, aí sendo incorporando o município de Artur Nogueira.

É esta espécie de auréola em torno da sede que se inicia em Monte Mor (Sul) e culmina em Artur Nogueira (Norte) aquela cuja variação de novos domicílios urbanos permanentes é maior ao longo do decênio. É ela também que possui os maiores percentuais de loteamentos irregulares ou em vias de regularização, logo, seus índices são também os piores da RMC. Ou seja, o crescimento, que abarca tanto o processo de expansão urbana, como de redistribuição populacional, destes municípios deixa muito a desejar, haja vista que ele não se deu com qualidade.

Interessantemente foi este conjunto de municípios aqueles que mais receberam migrantes intrametropolitanos. Não queremos conduzir o leitor com isto a crer que foram os fluxos populacionais intrametropolitanos os responsáveis pela deterioração da qualidade de infraestrutura destes municípios. Na verdade, longe disto, eles [municípios] historicamente foram aqueles que sempre apresentaram piores indicadores e índices. Nesse sentido, suas explicações escapam a esta simples causalidade, remontando

processos histórico-estruturais, onde o processo de especulação e segregação urbana atuam fortemente.

Tal constatação apenas reitera o pressuposto inicial do presente estudo; o **IED** como instrumento de apreensão de diferenças histórico-estruturais entre áreas de origem e destino internas à região, donde o mercado de terras e habitação é um dos principais condicionantes dos movimentos migratórios intrametropolitanos, bem como de sua seletividade migratória.

Referências

Bonduki, N.J. & Rolnik, R. 1982, "Periferia da Grande São Paulo: reprodução do espaço como expediente de reprodução da força de trabalho" in *A produção capitalista da casa (e da cidade) do Brasil industrial*, ed. E. Maricato, Alfa-Ômega, São Paulo.

Caiado, M.C.S. & Pires, M.C.S. 2006, "Campinas Metropolitana: transformações na estrutura urbana atual e desafios futuros" in *Novas Metrôpoles Paulistas: população, vulnerabilidade e segregação*, ed. J.M.P. Cunha, Nepo/Unicamp, Campinas, pp. 275-304.

Cunha, J.M.P. 1994, *Mobilidade populacional e expansão urbana: o caso da Região Metropolitana de São Paulo*, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas-UNICAMP.

Cunha, J.M.P., Jakob, A.A.E. & Young, A.F. 2006, "Dinâmica demográfica intrametropolitana na Região Metropolitana da Baixada Santista, no período pós-1970" in *Novas Metrôpoles Paulistas: população, vulnerabilidade e segregação*, ed. J.M.P. Cunha, Núcleo de Estudos de População / UNICAMP, Campinas.

Gottdiener, M. 1997, *A produção social do espaço urbano*, 2 ed. edn, EDUSP, São Paulo.

Jakob, A.A.E. 2003, *Análise sócio-demográfica da Constituição do Espaço Urbano da Região Metropolitana da Baixada Santista no período 1960-2000*, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas-UNICAMP, Campinas.

Maricato, E. 2000, "Planejamento urbano no Brasil; as idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias" in *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*, eds. O.B. Arantes, C. Vainer & E. Maricato, Vozes, Petrópolis.

Rigotti, J.I. & Rodrigues, R.N. 1994, "Distribuição espacial da população na Região Metropolitana de Belo Horizonte", *ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS*, ed. ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, ABEP, 1994.

Singer, P. 1980, "Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo" in *Migração interna: textos selecionados*, ed. H. Moura, Banco do Nordeste do Brasil S.A., Fortaleza.